

UMA CORRIDA ARMAMENTISTA NA AMÉRICA LATINA?

Rodrigo Fernandes More¹

2007

Os termos dissuasão e persuasão, muito mencionados no período da guerra fria, estão de volta ao cenário político, e não apenas ao internacional. Enquanto a Rússia reclama do projeto norte-americano de construção de um escudo anti-mísseis no Leste europeu, aqui na América Latina uma corrida armamentista, que há muito tempo parecia estar banida, começa a ganhar contornos perigosos.

No âmbito internacional, a lógica do armamento em nome da segurança do Estado parece mais legítima. A questão é que esta legitimidade está cada vez mais atrelada, em sua análise, a elementos políticos como a democracia e às alianças, especialmente as regionais.

Na América Latina, a democracia tem significados e exercícios diferenciados, que o digam os aliados Fidel Castro (Cuba), Hugo Chavez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador); Nestor Kirchner (Argentina) corre por fora, mas está no páreo. O alinhamento destes governos, promovido por Hugo Chavez, começou com discursos políticos anti-Bush, passou ao comércio (Alca), chegou ao petróleo e à soberania sobre recursos naturais e caminha para a segurança.

Neste sentido, a Folha de São Paulo (PEREIRA, Aldo. “Agouros geopolíticos”. Tendências e Debates. Edição de 04/06/07) informa que Hugo Chavez gastou cerca de US\$4,5 bilhões de dólares nos últimos dois anos em armamentos: submarinos, aviões de transporte, caças-bombardeiros muito mais modernos que quaisquer outros na América Latina, 100 mil fuzis Kalashnikov (AK-47), um dos melhores do mundo, que abrange licença, assistência técnica e autorização para produção local.

Se considerarmos o sucesso persuasivo de Hugo Chavez em todos os seus discursos e empreitadas, está para começar uma corrida armamentista na América Latina em nome de um “mínimo para defesa” que tem como parâmetro ideal a dissuasão da maior potência militar do mundo, mas um foco e poder real de atuação bem mais próximo e limitado.

Há duas formas complementares de frear uma corrida armamentista como esta que se delineia, uma jurídica outra política: acordos de controle de armas e construção de medidas confiança recíproca (*confidence building measures*), respectivamente. Os acordos podem ser reescritos ou simplesmente violados em nome da segurança do Estado; e a confiança entre vizinhos já não é a mesma.

O Brasil precisa responder a estes movimentos com cuidado e urgência. Comprar armas, realocar tropas e equipamentos podem ser vistos como incentivos à corrida armamentista que Chavez sugere, mas fechar os olhos a ela pode colocar o Brasil numa desvantagem estratégica irrecuperável, desvantagem que já sentimos no âmbito interno, no combate ao crime organizado.

¹ O autor é advogado, doutor em Direito Internacional pela USP, diretor do Instituto de Estudos Marítimos e autor do livro “Direito Internacional do Desarmamento: o Estado, a ONU e a paz” (Editora Lex: São Paulo, 2007).